

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 500 exemplares  
Depósito Legal: 433460/17  
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial

  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

  
MUSEU  
ARQUEOLÓGICO  
DO CARMO

  
LISBOA  
LETRAS  
LISBOA

  
FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

  
FUNDAÇÃO  
MILLENNIUM  
BCP

# PAISAGEM E ESTRATÉGIAS DO POVOAMENTO RURAL ROMANO E MEDIEVAL NO TROÇO MÉDIO DO VALE DO GUADIANA

João António Ferreira Marques<sup>1</sup>

## RESUMO

Através da informação disponível para o conjunto de sítios arqueológicos intervencionados, situados nos actuais municípios ribeirinhos portugueses da barragem de Alqueva, constantes no sistema de informação Endovélico, nos relatórios e nas monografias dos trabalhos entretanto publicadas, pode efectuar-se uma síntese analítica da evolução do povoamento rural neste território, nomeadamente para os períodos romano e medieval. As intervenções efectuadas nesta área regional num conjunto muito significativo de ocorrências arqueológicas, desenvolvidas desde meados dos anos 90 do século XX, permitiram verificar quais as alterações e persistências na paisagem e nas estratégias de povoamento. Revelaram assim contextos que não costumam ser objecto da investigação arqueológica tradicional, nomeadamente para o período de transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média.

**Palavras-chave:** Barragem de Alqueva, Povoamento rural, Antiguidade Tardia, Alta Idade Média.

## ABSTRACT

Through the information available for the set of archaeological sites located in the Portuguese municipalities bordering the Alqueva dam and included in the Endovélico information system, in the reports and monographs of the works published recently, it is possible to make an analytical synthesis of the evolution of rural settlement in this territory, especially for the Roman and medieval periods. The interventions carried out in this regional area in a very significant set of archaeological occurrences, developed since the middle of the 90s of the 20<sup>th</sup> century, allowed to verify the changes and persistence in the landscape and the settlement strategies. In this way, they revealed contexts that are not generally the object of traditional archaeological research, especially for the transition period between Late Antiquity and the High Middle Ages.

**Keywords:** Alqueva dam, Rural settlement, Late Antiquity, High Middle Ages.

## 1. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

O conjunto dos sítios arqueológicos aqui analisados deve o seu estudo à construção da barragem de Alqueva no final dos anos noventa do século XX e ao respectivo programa de minimização de impactes arqueológicos que teve como objectivo diagnosticar o valor científico e patrimonial de algumas centenas de sítios, bem como efectuar o registo dos contextos mais relevantes. A estratégia de intervenção encontrava-se enquadrada no referido programa que condicionou os resultados obtidos, quer por

questões processuais, técnicas e temporais, quer pela própria natureza e localização dos sítios na albufeira, tendo sido escavadas somente estações situadas até à cota 152 m, correspondente ao nível pleno de armazenamento.

A área abrangida pelos trabalhos arqueológicos desenvolvidos em território português situa-se nos concelhos de Alandroal, Reguengos de Monsaraz, Portel e Mourão, no distrito de Évora, e de Moura, no distrito de Beja, localizando-se na região do Alentejo, no Sul de Portugal (Figura 1).

As intervenções realizadas neste conjunto muito

1. CHAIA/UE e CEAACP/UC-UP-CAM; jmarques64@gmail.com

significativo de ocorrências arqueológicas situadas em meio rural, revelaram contextos que não costumam ser objecto da investigação arqueológica tradicional, nomeadamente para o período de transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média.

Através da informação disponível para o conjunto de sítios intervencionados, situados administrativamente nos actuais municípios ribeirinhos portugueses do regolfo de Alqueva, constantes no Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica da Direção-Geral do Património Cultural, bem como presente nos relatórios e nas monografias dos trabalhos entretanto publicados, pode efectuar-se uma síntese analítica da evolução do povoamento rural neste território.

## 2. CONTEXTO GEOGRÁFICO

A região de estudo é dominada pelo rio Guadiana, um dos maiores rios da Península Ibérica com uma extensão de cerca de 780 km, ocupando a sua bacia hidrográfica uma superfície de cerca de 61000 Km<sup>2</sup>, que apresenta caudais sazonais irregulares, que originam cheias catastróficas ou estiagens prolongadas sem periodicidade fixa, atravessando áreas com características climatéricas semi-áridas e afectadas por impacte antrópico recente, apresentando um comportamento hidrológico similar ao dos *widian* das áreas desérticas do norte de África e da Península Arábica (Angelluci, 2003, p. 6).

Do ponto de vista geológico, esta área integra-se na denominada “Zona de Ossa-Morena” que abrange, não só parte do actual Alentejo, como da confinante *Extremadura* espanhola, formada por rochas metamórficas paleozóicas, acompanhadas por rochas ígneas e por coberturas sedimentares terciárias e quaternárias (Angelluci, 2003, p. 8). Do ponto de vista geomorfológico, esta área corresponde à peneplanície do Alentejo na qual o rio Guadiana é o elemento morfológico dominante que corre num vale entalhado, onde interrompe o extenso planalto alentejano. Nesta área surge em amplos meandros encaixados e limitados pelas encostas do vale fluvial, caracterizado pela presença de um sistema de terraços aluviais quaternários (Angelluci, 2003, p. 9).

A maioria dos solos são esqueléticos com elevados riscos de erosão, apresentando afloramentos rochosos e muito baixa fertilidade: não produzem, sendo maioritariamente rochosos ou constituídos por mato. No entanto, entre Reguengos de Monsaraz e

Monsaraz, existe uma extensa mancha de solos mediterrânicos com uma fertilidade boa e sem problemas de erosão.

A região tem clima mediterrânico com influência atlântica, proporcionando verões quentes e secos e invernos curtos e chuvosos, sendo a precipitação total anual entre os 600 e os 700 mm e a temperatura média de 16º mas com amplitudes térmicas de cerca de 25º. Dada a ausência de estudos do clima antigo e da vegetação da área de estudo do troço médio do vale do Guadiana, por dificuldades na obtenção de amostras viáveis, só é possível extrapolar resultados de investigações de áreas regionais limítrofes.

De acordo com Paula Queiroz (1999, pp. 204-205), no Holocénico Recente estabelece-se «um novo ciclo paleoclimático, iniciado com uma fase de clima húmido a hiper-húmido, passando posteriormente a períodos gradualmente mais secos».

Numa abordagem paleobotânica das regiões do nordeste do Mediterrâneo, Beaulieu & *alii* (2005, pp. 114-126) consideram ter eventualmente havido um período húmido no prelúdio da Idade do Ferro (ca 2900 – 2300 BP) e um aumento de seca no Período Romano. Estabelecem e precisam que dois períodos da nossa era, um situado entre 820 e 1075 e outro, entre 1220 e 1360, correspondem ao período quente e seco medieval, em que estas condições climatéricas são síncronas com uma mudança agrícola, com a expansão da cultura da oliveira e da vinha na Península Ibérica.

Também o estudo de sedimentos marinhos pouco profundos (nas vertentes geológicas e biológicas) permitiu identificar as variações climáticas dos últimos dois mil anos, provenientes da bacia de deposição do rio Tejo junto a Lisboa (Abrantes & *alii*, 2005, pp. 2477-2494). Para o “Período Quente Medieval” (entre 550 e 1300) identificou-se aqui a diminuição do fluxo de água do rio Tejo, enquanto para a “Pequena Idade do Gelo” (entre 1300 e 1900) se sugere o aumento das descargas do rio resultantes de uma maior pluviosidade.

## 3. PAISAGEM E POVOAMENTO RURAL DO SUDOESTE PENINSULAR

A paisagem não existe sem o tempo e a sua historicidade é uma peça chave para o debate sobre a relação de paisagem arqueológica com o que se pode genericamente definir como sociedades ou economias camponesas (Ruiz, 1998, p. 7), procurando-se ela-

borar, a partir do registo arqueológico, uma história amadurecida da paisagem (Ortega, 1998, p. 45).

Se a arqueologia da paisagem, como paradigma arqueológico, procura analisar através da cultura material a dimensão espacial dos grupos humanos, em que a paisagem actual é uma parte do registo arqueológico, correspondendo à forma mais visível dum objecto produzido pelos grupos humanos do passado e do presente, o conceito de paisagem, por oposição ao determinismo do espaço, pode ser definido não como o meio ambiente exterior e estranho aos grupos humanos, mas antes como uma construção social e cultural: algo que se construiu, manejou, apropriou e ordenou material e conceptualmente (Clarke, 1977, pp. 11-14).

Para Chris Wickham (2002, p. 12), os sítios rurais encontram-se demasiado sujeitos às diferenças micro-regionais tendo em conta a ecologia, a geografia económica e as relações sociais, sendo portanto difícil impor uma única explicação sobre as suas alterações.

A principal dificuldade para a análise da evolução rural em Portugal entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, nomeadamente no decurso da formação do Al-Andalus, é a quase inexistência de estudos arqueológicos centrados ou dirigidos na investigação dessa problemática. Para a elaboração de um modelo teórico serão necessários mais dados e estudos arqueológicos que permitam assim sistematizar o povoamento em territórios geograficamente coerentes (Gómez Martínez, 2015, p. 108).

A questão da reconstituição da paisagem no actual território português no Período Romano e na denominada Alta Idade Média, foi objecto de uma sistematização por parte de Jorge de Alarcão (1998). Propõe para a generalidade do território concebemos «uma paisagem tardo-romana, suévica e visigótica de aldeias e casais, granjas e *villae* sem grande integração mas progressivamente polarizada pela fundação de igrejas, seculares ou monásticas» (Alarcão, 1998, p. 117). Mas, de facto, na Alta Idade Média, em presença de um território aberto, vai impor-se um complexo território dominial, compartimentado e sujeito a impostos e servidões, polarizando em torno de uma igreja, com os seus fregueses e distintos dos fiéis de outra igreja, criando divisões discretas na paisagem e territórios «demarcados que fronteiravam pelas cumeadas dos montes, pelas ribeiras divagantes ou entestavam nas carrarias antigas» (Alarcão, 1998, p. 113). Enquadram-se aqui, em Al-

coutim, os casos referidos por Helena Catarino (1997/1998, p. 545) do Montinho das Laranjeiras, «uma villa romana que se transformou em mosteiro visigótico e moçárabe», e de Clarines, «uma possível aldeia/paróquia visigótica, também com população moçárabe no período muçulmano».

A crise que sobreveio ao século V acabaria por ser fatal ao sistema mundo do Império Romano do Ocidente onde, a partir de então, o espaço mediterrânico entrou em contínua transformação. Para além das modificações de organização política e socioeconómica do Império Romano, a dinâmica histórica não se cristalizou. Esta dinâmica coincidiu não só com a desagregação do Império do Ocidente no século V, como também com a luta expansionista do Império do Oriente pela hegemonia do imenso espaço do Mediterrâneo no século VI, vindo-se superado no século VII, primeiro pelos Sassânidas e, depois, pelos Árabes.

Não podemos aqui deixar de referenciar a importância da regressão demográfica na organização do povoamento, na mudança da composição da sociedade e da sua estrutura, que levou ao fim do sistema escravagista, com implicações no sistema de produção, e que conduziu a uma concentração populacional em pequenos núcleos, ou centro urbanos, ou mesmo, ao abandono de cidades inteiras. Este era um mundo auto-suficiente, ruralizado, pouco monetizado e centrado num comércio local, no qual persistiam, contudo, trocas de longo curso.

A peste bubónica terá sido um importante factor conjuntural na instabilidade e desagregação do Mediterrâneo na Antiguidade, cuja demografia ocidental, entre o século VII e a primeira metade do século VIII, deve ter conhecido o seu ponto mais baixo desde o Alto Império Romano, segundo Le Goff & Biraben (1969, pp. 1499). Entendem estes investigadores que se pode especular sobre os efeitos demográficos, financeiros e políticos que a peste justiniana produziu no vasto espaço em que tocou.

Mas se para a Hispânia da Antiguidade Tardia ainda não foram identificados contextos ou provas materiais que demonstrem sem ambiguidade a existência de peste bubónica, as fontes escritas indicam que foi atingida pela peste de 541-543 e que no século e meio seguinte teve pelo menos três surtos (Kulikowski, 2007, p. 150).

Em finais do século VII, a economia hispânica deveria encontrar-se em condições precárias, fazendo Pedro Chalmeta referência a uma grande fome no reinado

de Ervígio e, já no século VIII, para além da epidemia de peste bubónica de 693 e a outra grande fome entre 707 e 709 que causou imensa mortandade, na qual, segundo a crónica de 754, teria morrido metade da população (Chalmeta Gendrón, 2003, p. 73).

A visão da paisagem rural tardo-romana proposta por Jorge de Alarcão (1998, pp. 113, 117), de aldeias e casais, granjas e *villae*, sem grande integração, mas progressivamente polarizada pela fundação de igrejas, seculares ou monásticas, parece constatar-se até certo ponto na área estudada, se bem que faltem evidências de locais de culto. Só foi identificado um possível local, constituído pela ermida identificada no Convento do Alcance, em Mourão, mas ao qual foi atribuída uma cronologia Baixo Medieval. Na Alta Idade Média, vai impor-se um território dominial, compartimentado e sujeito a impostos e servidões, centrado em torno de uma igreja, criando divisões discretas na paisagem e territórios.

Sobre esta questão do povoamento rural (Boone, 2001, pp. 119-120), em Mértola constatou-se que nos sítios rurais existiu uma variável continuidade da cultura material e que, entre os séculos VI e IX, surgiram na paisagem pequenas granjas e vilas de carácter medieval.

Na maior parte dos sítios rurais da região de Beja, pelo menos até ao século XI, verifica-se o prolongamento de protótipos anteriores (Macias, 2006, p. 124), o que se encontrará relacionado com o substrato populacional indígena original e com a continuidade da classe terra-tenente até à adopção desses modelos pelas novas elites que se instalaram regionalmente. Não se pode, contudo, pressupor que o povoamento islâmico tenha decalcado a realidade, do de origem romana.

Também Pérez Aguilar (2013, pp. 7-9), ao abordar a problemática das alcarias (*al-qurà*), apresenta uma proposta para a diferenciação descritiva dos sítios rurais no Al-Andalus em que distingue quatro ordens ou categorias de sítios rurais. A primeira, corresponde a realidades arqueológicas semelhantes a povoados, aldeias e lugares (com casario). A segunda categoria, não confinada a pequenas áreas, onde há uma clara predominância de actividades de exploração económica da envolvente sobre aquelas de carácter comunitário, na qual se podem incluir os *montes alentejanos* (*maÿāšir*) ou granjas (*rahāl*). A terceira categoria, corresponde a sítios rurais de planta dispersa, resultado da combinação de várias entidades populacionais, próximas e interrelacio-

nadas funcionalmente, cuja planta se encontra fragmentada por certos itens. Por fim, a quarta categoria, corresponde a sítios de controlo territorial, geralmente de carácter estatal, que podem encontrar-se integrados numa rede de assentamentos rurais como os atrás referidos, tratando-se na maioria dos casos de torres-atalaias (*burūj*), castelos ou recintos fortificados (*husūn*).

Deve-se ter presente que a base fundamental do *hīšn* e das *qurà* é o tipo de povoamento, em que os habitantes são fundamentalmente camponeses (Franco Moreno, 2008, p. 512).

O povoamento disperso da Antiguidade Tardia / Alta Idade Média e Período Islâmico Emiral dá lugar a povoados de maiores dimensões nos séculos XI e XII, situação que não se parece constatar na área da barragem de Alqueva, devido às limitações da área de estudo (cota do NPA de 152 m) que poderão ter deixado de fora povoamentos concentrados, situados em altura, em áreas mais elevadas (Gómez Martínez, 2015, p. 131).

#### 4. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO TROÇO MÉDIO DO VALE DO GUADIANA

##### 4.1. Sítios romanos (Blocos 10, 11 e 12)

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito do “Bloco 10 – Ocupações romanas da margem direita do Guadiana: Alandroal e Reguengos de Monsaraz até ao Álamo”, tiveram como objectivo estudar as ocupações romanas da margem direita do Guadiana nos actuais concelhos do Alandroal e de Reguengos de Monsaraz até à Ribeira do Álamo. Inicialmente, encontravam-se atribuídos 13 sítios a este Bloco, mas acabaram por ser intervencionados apenas dez, a saber: Monte Branco 2 (CNS 5266), Outeiro do Castelinho 2 (CNS 13566), Moinho do Roncanito 2 (CNS 13572), Foz dos Pardais 1 (CNS 13583), Xerez de Baixo 13 (CNS 13597), Alto da Azenha d’El Rei 3 (CNS 13603), Monte do Anastácio Manuel 7 (CNS 13611), Monte do Anastácio Manuel 3 (CNS 13613), Lameira 1 (CNS 13617) e Lameira 5 (CNS 16296) (Figura 2).

Como corolário destes trabalhos foi finalmente publicada, em 2013, a respectiva monografia (Gomes, Brazuna & Macedo, 2013) que procurou estudar o território como um todo.

Os trabalhos desenvolvidos permitiram distribuir os sítios de acordo com quatro tipos de modelos ocupacionais, nomeadamente: povoados defensi-

vos, *villa*, granja e pequenos sítios (Gomes, Brazuna & Macedo, 2002, p. 134).

No conjunto dos sítios intervencionados não foram encontradas evidências de ocupações tardo-romanas e alto-medievais, ou seja a sua cronologia Imperial Romana plena afasta-os do horizonte cronológico desta investigação. No entanto, deve destacar-se a importância evidenciada pela mineração e metalurgia nos sítios de Outeiro do Castelinho 2 (CNS 13566) e a *villa* fortificada de Outeiro do Castelinho 1 (CNS 19659), situados junto à ribeira de Lucefecit. O Outeiro do Castelinho 2 apresentou possíveis fornos de fundição que, apesar de muito afectados pelos trabalhos agrícolas, forneceram um pendente de bronze em forma de mão esquerda aberta. Neste âmbito da mineração e de outras actividades económicas complementares, há ainda a referir o importante complexo constituído pelo sítio Xerez de Baixo 13. Também no sítio Lameira 1, *habitat* localizado num terraço fluvial do rio Guadiana, foi identificado um fragmento de cerâmica comum datada dos séculos V-VII d.C.

O projeto enquadrado pelo “Bloco 11 – Ocupações Romanas afectadas pelo Regolfo de Alqueva (Reguengos de Monsaraz e Portel)” intentou investigar e compreender a provável interligação de algumas estações arqueológicas seleccionadas com o Castelo da Lousa (CNS 42), situado na margem oposta do Guadiana, imediatamente em frente e com a designada “rota do minério”. Das 24 estações inicialmente previstas foram seleccionadas e intervencionadas 18 do Período Romano (22, se considerando autonomamente os vários núcleos), situadas todas elas do lado direito da margem do Guadiana, da foz da ribeira do Álamo à foz do rio Degebe. Dado que a monografia não chegou a ser publicada, exceptuando-se os relatórios finais e as fichas de sítio, são escassas as referências bibliográficas disponíveis (ver Faria, 2002, pp. 139-144).

A maioria dos sítios intervencionados pelo Bloco 11 situam-se no concelho de Reguengos de Monsaraz e, de uma forma geral, foram sobretudo efectuadas sondagens de diagnóstico para aferição da tipologia, dimensão e cronologia, nomeadamente a partir do espólio associado.

Verifica-se que, na generalidade dos casos, os sítios apresentavam uma estratigrafia diminuta e muito alterada, pois ao longo do tempo foram afectados pelos trabalhos agrícolas ou pelas alterações no uso do solo, encontrando-se, na maioria dos casos, os

vestígios das estruturas murárias apenas ao nível das fundações que, por vezes, permitem identificar, ou pelo menos indiciar, a respectiva compartimentação ou os ambientes em causa.

Refira-se que em vários sítios se identificaram à superfície os materiais de construção, pétreos e cerâmicos, de edifícios que se encontravam já completamente destruídos.

A situação do estado de conservação dos sítios é bastante limitativa no que concerne ao estudo da arquitectura dos assentamentos, mas, também, para o estudo dos contextos associados e para a atribuição da cronologia rigorosa dos mesmos. No âmbito das conclusões apresentadas por João Carlos Faria em 2002, (pp. 143-144), foram definidos dois horizontes cronológicos para as ocupações estudadas no âmbito do Bloco 11. Para o Período Romano evidenciou os sítios situados na área de Pego do Lobo – Charnequinha (CNS 16326) e Vinha do Pego do Lobo (CNS 16332) – e na área da Defesinha, com uma dimensão de cerca de 2,5 hectares, propondo, dada a sua densidade, que este conjunto constituía um aglomerado maior: Defesinha 1 – Núcleo 1 (CNS 13565), Defesinha 1 – Núcleo 2 (CNS 13567), Defesinha 1 – Núcleo 3 (CNS 13568) e Defesinha 16 (CNS 13576).

No horizonte alto-medieval foram igualmente integrados sítios localizados nessas duas áreas, nomeadamente na primeira, Defesinha 4 – Núcleo 1 (CNS 13579) e Defesinha 4 – Núcleo 2 (CNS 13573), o que poderá atestar alguma continuidade nas ocupações, bem como outros sítios: Duquesa 4 (CNS 13575), Cismeira 6 (CNS 13569), Cismeira 8 (CNS 13570), Carreira de Cavalos 3 (CNS 13574) e Carreira de Cavalos 5 (CNS 13571), bem como os eventuais *habitat* de Seita 7 (CNS 16316), Monte Barbosa de Cima 1 (CNS 20963) e Espinhaço 17 (CNS 16315), Espinhaço 14 (CNS 16300), Monte Roncanito 11 (CNS 16314) e Monte Roncão 2 (CNS 16309), a que se encontrava associada uma estrutura de apoio em Monte Roncão 3 (CNS 16312).

Há ainda a referir a eventual necrópole de Monte Musgos 7 (CNS 16329) e a necrópole do Pego do Lobo de Lá (CNS 16323), relativamente à qual subsistem questões relacionadas com a interpretação da deposição e orientação dos corpos.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito do projecto do “Bloco 12 – Romano – Margem esquerda do Guadiana (Moura e Mourão)” tiveram como objectivo prioritário conhecer melhor a estratégia de povoamento romano no Alentejo, particu-

larmente nesta região, que ainda integra o território de *Pax Iulia*.

Partindo do levantamento arqueológico previamente efectuado pela EDIA (Silva, 1996), seleccionaram-se alguns dos 18 sítios inicialmente previstos para realização de trabalhos de prospecção geoelectrica e/ou geomagnética, variando as áreas analisadas entre os 0,6 e os 1,5 ha (Lopes, 2013, p. 23): Monte do Judeu 7 (CNS 16363), Monte das Farias 2 (CNS 16347), Monte dos Serros Verdes 3/Serros Verdes 8 (CNS 13561), Monte da Charneca 4 (CNS 13587), Monte da Charneca 12 (CNS 13580) e Luz 3 (CNS 16364).

Por se ter verificado que se encontrava em cota superior ao nível pleno de armazenamento da barragem, não foi intervencionado São Leonardo 4 (CNS 21171), cujos vestígios circundavam a capela com esse patrono. Pela mesma razão foram suspensos os trabalhos no *habitat* do Monte do Conde 3 (CNS 21361) já depois de iniciados (Lopes, 2013, p. 24).

Foram assim intervencionados, nomeadamente através da execução de sondagens arqueológicas, os dez sítios seguintes: Monte da Charneca 4, Monte dos Serros Verdes 3 / Serros Verdes 8, Luz 3, Monte das Lebres 1 (CNS 13582), Monte das Farias 2, Monte da Charneca 12, Monte do Judeu 7, Piçarras 1 / Monte das Piçarras 2 (CNS 16365), Monte do Conde 3, Ratinhos 2 / Monte Novo do Ratinho 2 (CNS 16360). As estações estudadas nesta área do regolho de Alqueva encontram-se localizadas em cabeços junto ao rio Guadiana ou nas imediações de linhas de água tributárias, como o Alcarrache ou o Zebro e apresentavam na generalidade, mau estado de conservação. Correspondiam a pequenas unidades económicas, casais rurais que no Período Romano se dedicaram sobretudo à agricultura e a outras actividades artesanais relacionadas com a mineração e transformação dos metais. Estas últimas actividades encontram-se atestadas pela quantidade de escórias de ferro e de cobre registada nos vários sítios, nomeadamente no Monte do Conde 3 e no Monte das Lebres 1, bem como pela eventual forja escavada em Charneca 4 (Lopes, 2013, p. 37).

Neste contexto, não pode deixar de se referir a necrópole tardo-romana de Monte das Farias 2. Para além deste último, não foram detectados outros sítios enquadrados cronologicamente na Antiguidade Tardia.

#### 4.2. Sítios medievais e modernos (Blocos 13, 14 e 15)

Tendo em vista a minimizar os impactes negativos

decorrentes da construção da barragem de Alqueva, o “Bloco 13 – Medieval – Moderno (Alandroal e Reguengos de Monsaraz)”, até à ribeira do Álamo, foram intervencionados 14 sítios, – quando inicialmente se encontravam previstos 13 –, sendo apresentados pela ordem com que são expostos na monografia dos trabalhos entretanto publicada (Ferreira, 2013): Moinho da Volta 8 (CNS 13639), Moinho da Volta 9 (CNS 13593), Moinho da Volta 13 (CNS 13589), Monte do Touril de Agosto 1 (CNS 13586), Outeiro do Pombo 4 (CNS 13581), Moinho da Volta 1 (CNS 13591), Moinho da Volta 2 (CNS 13585), Monte dos Currais 1 (CNS 13594), Malhada das Taliscas 5/11 (CNS 16311) e Miguéns 1/13 (CNS 16313). Note-se que o referenciado na monografia Monte dos Cabeços 1 (CNS 15274), se localiza no concelho de Ferreira do Alentejo e foi intervencionado fora do âmbito geográfico destes trabalhos, pelo que não será abordado. Acrescem ainda outros sítios que, apesar de terem sofrido trabalhos de minimização, não integraram a monografia, a saber: Cerro dos Mouros (CNS 13588), Monte do Anastácio Manuel 4 (CNS 16298), Monte do Anastácio Manuel 5 (CNS 16299) e Xerez de Baixo 37 (CNS 16308) (Figura 3).

Os pequenos sítios rurais intervencionados neste projecto constituem um relevante contributo para o conhecimento do povoamento rural da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média na região em questão. Estes apresentam características tipológicas únicas, muito interessantes, bem como analogias com alguns dos sítios estudados no âmbito dos trabalhos do Bloco 14. No entanto, algumas das conclusões apresentadas no estudo monográfico, nomeadamente no que concerne à cronologia atribuída a algumas das estações, levantam alguma discussão e requerem aprofundamento.

Destacam-se os dois *habitat* rurais escavados no concelho do Alandroal, Moinho da Volta 1 e Moinho da Volta 2, que apresentam um programa arquitectónico com características similares, como os poiais (em nosso entender, possíveis lareiras) e poiais/leitões, encontrando-se em ambos os casos documentado o derrube da cobertura em telha, relativo ao seu abandono. Neste conjunto poderá ser ainda enquadrado o sítio Malhada das Taliscas 5/11, também no Alandroal (Figura 4).

O Monte dos Currais 1, situado no concelho de Reguengos de Monsaraz, apresenta uma organização arquitectónica complexa que, com os seus cinco ambientes e a possível inumação infantil, faz lembrar o

sítio Cabeçana 4 escavado no âmbito do Bloco 14, onde a datação tardia obtida através de C<sup>14</sup> (abandono em meados dos séculos XI-XII) levanta questões quanto à sua cronologia de ocupação e abandono, não se considerando razoável que esse espaço se mantivesse sem grandes alterações na sua cultura material desde meados do século VII até àquela data. Estes *habitat* poderão corresponder a pequenos casais agrícolas alto-medievais, nos quais um agregado familiar garantiria o seu sustento através da exploração dos recursos locais.

Na área abrangida pelos trabalhos arqueológicos do “Bloco 14 – Medieval / Moderno – Bacia do Degebe e Reguengos a sul do Álamo (Reguengos de Monsaraz e Portel)” os objectivos a alcançar relacionavam-se com a caracterização de 33 sítios atribuídos aos Períodos Medieval e Moderno, identificados durante as prospecções preliminares compiladas no Quadro Geral de Referência (Silva, 1996 e 1999). Foi avaliado o respectivo valor científico e patrimonial e, numa fase posterior, efectuada a recolha e registo exaustivo da informação das estações mais significativas. Estes trabalhos foram entretanto objecto de publicação da respectiva monografia (Marques & alii, 2013). Inicialmente efectuou-se o reconhecimento e reavaliação dos sítios, executando-se sistematicamente sondagens de diagnóstico para aferir o respectivo valor científico, ponderando quais deveriam ser objecto de alargamento das sondagens ou de escavação em área. Foram intervencionados 29 sítios, pois Perdigueiros 1 (CNS 27470), em Portel, não foi localizado, muito possivelmente por ter sido surribado para plantação de pinheiros, tendo-se verificado no decurso das realocações que outros três locais se encontravam fora da cota máxima de enchimento da albufeira, 152 m: Monte Roncanito 1 (CNS 20993), Monte Roncanito 3 (CNS 20995) e Monte Musgos 10 (CNS 27793).

Nos sítios afectos ao Bloco 14, as várias intervenções permitiram diferenciar quatro locais que, no Quadro Geral de Referência do Alqueva (Silva, 1996), se encontrava atribuídos genericamente aos Períodos Medieval ou Moderno. A reavaliação das estações Monte Roncão 11 (CNS 16354), Monte Roncanito 4 (CNS 16384), Espinhaço 9 (CNS 16381) e Monte Roncanito 2A (CNS 16379), permitiu corrigir a sua cronologia, verificando-se que as suas ocupações datavam da Idade do Ferro.

Não integram ainda esta análise os seguintes *habitat* intervencionados com cronologias atribuídas ao

Período Moderno/Contemporâneo: Monte Roncanito 5 (CNS 17274), Monte Roncanito 23 (CNS 13598) Rocha da Gramacha 2 (CNS 13592), Monte da Tapada 40 (CNS 16346) e Monte do Balanco (CNS 16377), assim como estruturas etno-arqueológicas interpretadas como abrigo, como é o caso do Monte Roncanito 26 (CNS 27810), ou como “chafurdos”: Monte Roncanito 17 (CNS 13616), Monte Barbosa 7 (CNS 13595) e Espinhaço 6 (CNS 20982).

No conjunto dos sítios intervencionados o Cabeçana 4 (CNS 13599) revelou-se um dos mais relevantes, dada a dimensão e estado de conservação, onde foi possível identificar dois núcleos de ocupação, certamente relacionados entre si. As técnicas de construção apresentavam alguma diversidade, inclusivamente no mesmo espaço, o que evidencia a capacidade de adaptação e o carácter moldável destes modelos arquitectónicos. Corresponderá a um assentamento rural de uma pequena comunidade que funcionava como espaço de habitação rural permanente de uma eventual família alargada. Esta estrutura detinha alguma capacidade de armazenar excedentes agrícolas, expressa na abundância de grandes contentores que, por sua vez, evidenciam a possível existência de uma exploração agrícola de razoáveis dimensões (Figura 5).

Quanto à cronologia da sua construção, à duração da ocupação e do seu abandono, aponta-se para uma ocupação contínua desde meados do século V, não se identificando sinais de destruição violenta, nem se constatando uma progressiva diminuição do espaço ocupado, mas sim a adaptação do espaço a novas necessidades e condições que levaram à divisão de alguns ambientes, criando uma diferente compartimentação dos espaços. O seu abandono, por volta de finais do século VIII, poderá ter acontecido rapidamente, não se verificando uma progressiva diminuição do espaço ocupado.

O sítio Espinhaço 7 (16382) encontrava-se muito destruído, mas ainda assim revelou uma estrutura de *habitat* com escasso e muito fragmentado espólio cerâmico, abundante presença de fabricos manuais e de torneado lento e de cozeduras redutoras e irregulares. Estes indicadores, bem como a presença de um fragmento de tégula, levaram a enquadrá-lo de forma genérica na Alta Idade Média, entre os séculos VI e VIII.

Na proximidade deste sítio arqueológico, junto da mesma linha de água tributária do rio Guadiana, encontra-se o Espinhaço 11 (CNS 16356), porventu-

ra um *habitat*, do qual somente restava o material que eventualmente constituiu os muros da sua estrutura, como pedras em quartzo e xisto e a cerâmica de construção constituída por fragmentos de telha. Datou-se o sítio, de forma genérica, na Alta Idade Média, tendo por base a elevada percentagem de fabricos manuais e de torneado lento.

As sondagens efectuadas no sítio Monte Roncanito 13 (CNS 16349) permitiram identificar uma estrutura pétreo muito destruída e exumar algum espólio cerâmico com interesse, apontando para uma ocupação de uma comunidade rural com reduzidas relações de intercâmbio com os meios urbanos mais próximos, no período de transição entre a Antiguidade Tardia e o Período Islâmico, possivelmente centrada por volta dos séculos VIII-IX.

A proximidade deste sítio com o similar do Monte Roncanito 14 (CNS 16367), sugere a possibilidade de existir um povoamento baseado em pequenos casais agrícolas, eventualmente em conexão uns com os outros.

O Monte Roncão 13 (CNS 16362), muito afectado pelos trabalhos agrícolas, revelou também estruturas habitacionais bem organizadas que formavam dois ambientes e que cronologicamente se integram de forma genérica, de acordo com as características técnicas do espólio, na transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, entre os séculos VII e X. Já o sítio Monte Roncanito 10 (CNS 13604) descobriu-se numa plataforma alongada onde se identificaram três núcleos com ocupação simultânea. O núcleo principal de habitação, de razoáveis dimensões e onde se concentra quase todo o espólio encontrado, estava implantado num dos extremos da plataforma, próximo dos caminhos actuais e deveria ter sido composto por vários espaços, tendo sido edificado com recurso a uma variedade de técnicas construtivas que revelam uma diversidade significativa de soluções na utilização da matéria-prima local, em que o pavimento consistiria no afloramento xistoso regularizado. A cerca de 135 m, encontrava-se o sítio designado como Monte Roncanito 10B, de difícil caracterização devido à escassez dos vestígios murários e de espólio, mas cuja homogeneidade de técnicas e materiais permite considerar tratar-se contemporânea do restante conjunto, constituindo uma dependência de apoio do núcleo principal, possivelmente com funções de curral.

A cerâmica exumada, com o predomínio do torneado rápido e da cozedura oxidante ou alternada,

corresponde sobretudo a produções de carácter regional que remetem para relações com núcleos urbanos, onde as trocas com outras áreas geográficas seriam frequentes, de que será exemplo o achado de um fragmento de candil. O espólio cerâmico reúne características que encontramos em conjuntos cerâmicos urbanos com cronologias dos séculos IX-XI. Esta estação parece tratar-se, assim, de um conjunto habitacional que suportaria uma pequena comunidade camponesa, provavelmente de natureza familiar, sendo algumas das estruturas dedicadas à residência e outras, possivelmente, às actividades agro-pastoris.

O sítio Monte Roncanito 18 (CNS 13619) encontrava-se quase totalmente destruído, subsistindo restos de muros de uma estrutura habitacional com pelo menos uma divisão/estância, vestígios de um nível de pavimento de terra batida no seu interior e um vão de acesso, junto do qual foi recolhida grande quantidade de telha. A estrutura identificada apresentava uma planta muito simples, ortogonal, com muros de xisto em perpiano e um enchimento de terra argilosa e blocos pétreos de quartzo e xisto menores. A tipologia construtiva, com base na matéria-prima local, terra, xisto e quartzo, é similar a grande parte dos restantes sítios com cronologias coevas, como o Monte Roncanito 10. Embora a cerâmica se encontre muito fragmentada, a sua análise aponta para uma ocupação centrada no Período Islâmico, nos séculos X-XII.

As sondagens efectuadas em Cabeçana 3 (CNS 13614) permitiram evidenciar o elevado grau de destruição do sítio, tendo somente revelado a presença de dois troços de muros de uma estrutura de planta desconhecida, construídos em xisto e quartzo de pequeno e médio calibre com um ligante de terra argilosa. A ausência de materiais arqueológicos expressivos impede a indicação de uma cronologia concreta, embora os traços gerais indiquem uma atribuição alargada no Período Medieval/Moderno.

A estrutura quadrangular identificada em Espinhaço 4 (CNS 16350) deverá corresponder a um pequeno *habitat* ou a uma instalação de apoio aos trabalhos agrícolas no meio rural. O espólio encontrado, consentâneo com a interpretação do sítio como um *habitat* rural, pouco contribui para esclarecer a cronologia do sítio, enquadrado genericamente no Período Medieval.

A proximidade deste sítio com o de Espinhaço 5 (CNS 16358), junto à mesma linha de água tributária

do rio Guadiana, permite equacionar um padrão de implantação de pequenos casais agrícolas, disseminados em pequenas elevações junto aos interflúvios e pequenas várzeas, que, apesar do seu grau de destruição, não deixam de ser relevantes para o entendimento do modelo de povoamento rural Medieval desta área.

O Monte Roncão 10 (CNS 16348), apesar de se encontrar praticamente arrasado, apresentou o espólio mais numeroso deste conjunto de sítios, o que permitiu a sua ampla análise. A diversidade e amplitude dos vestígios arqueológicos identificados atestam a existência no local de um complexo habitacional de grandes dimensões, onde foram identificados três núcleos de estruturas separadas entre si e que poderiam pertencer a um único complexo com espaços abertos interiores, como pátios, ou logradouros, ou a um *habitat* com distintos espaços de utilização.

Relativamente ao espólio cerâmico exumado, embora continuem a dominar as formas de cozinha e de armazenamento e transporte, aumenta significativamente a percentagem de loiça de mesa. A maior diversidade formal e a presença mais significativa de loiça de mesa, podem ser conotadas com uma maior influência dos meios urbanos. No entanto, sobrevivem formas muito rudimentares que não parecem corresponder a elementos residuais de eventuais fases de ocupação mais antigas, mas antes a características perduráveis endémicas do mundo rural onde o sítio se insere. O conjunto do espólio recolhido enquadra-se entre os séculos XIV e XVI, com predominância das formas atribuíveis aos séculos XIV e XV, e atesta o cariz habitacional do local, destacando o Monte Roncão 10 como um *habitat* rural do Período Medieval Cristão, posterior à conquista feudal, revelando uma cultura material algo singular neste contexto rural.

O Monte Barbosa 5 (CNS 13590) encontrava-se destruído pelas lavras agrícolas, facto que pudemos visualizar após os trabalhos arqueológicos, sendo os dados coligidos sobretudo correspondentes à cerâmica recolhida, nomeadamente de construção, e a uma estrutura negativa, de onde se exumou variado espólio cerâmico. O reportório formal e a presença de cerâmicas revestidas de vidro, atestam relações com meios urbanos só frequentes em Época Moderna, bem como o maior poder aquisitivo dos habitantes do sítio e evidenciam a existência de uma ocupação permanente entre finais da Idade Média e os inícios do Período Moderno, séculos XV-XVI.

O sítio arqueológico Cabeçana 7 (CNS 13602) enquadra-se no panorama geral das ocupações Medievais/Modernas da região, correspondentes a *habitat* localizados sobre pequenas elevações próximas de linhas de água de cariz sazonal, com vestígios de construções muito afectadas pelos trabalhos agrícolas. No local, foram identificados três troços de muros construídos sobre o afloramento rochoso, que integravam um complexo habitacional com diferentes espaços interiores. A exiguidade dos vestígios apenas permite supor a existência de um pequeno *habitat*, provavelmente de cariz rural, com uma ocupação bastante limitada no tempo. A qualidade dos vidrados das cerâmicas é consentânea com uma cronologia de finais da Idade Média e inícios da Idade Moderna, séculos XIV a XVI.

Em Monte Musgos 3 (CNS 16374) foram efectuados trabalhos de limpeza e de sondagem que permitiram a identificação de uma estrutura pétreia em xisto e argamassa composta por três muros. A sua funcionalidade afigurou-se, contudo, indeterminada, dada a exiguidade da área escavada e em virtude da suspensão dos trabalhos face à presença de cerâmicas manuais pré-históricas provenientes de ocorrências do topo da rechã. A presença da interface negativa, tipo silo, no interior da estrutura construída sobre o terraço fluvial, sugere o possível carácter habitacional da mesma, ou, pelo menos, a sua utilização sazonal, uma vez que as cheias do Degebe invalidariam um uso continuado da mesma. Já a prospecção nas imediações do sítio nas margens do rio, permitiu a identificação de outras estruturas murárias que foram sumariamente limpas e que apontam para uma ocupação do local Medieval ou Moderna, que poderia estar também relacionada com a travessia do rio, ou com uma estrutura de apoio à mesma.

Em Espinhaço 5 (CNS 16358) foi identificada uma única construção, aparentemente isolada, de planta rectangular, construída com as técnicas habituais nos vários sítios em análise. O espólio recolhido é muito pobre e pouco contribuiu para esclarecer as características funcionais e a cronologia de ocupação do sítio que contudo se situou, devido às características técnicas do vasilhame, no final da Idade Média ou inícios do Período Moderno, séculos XIV a XVI. As características da loiça de cozinha recolhida, indiciam tratar-se de um espaço de habitação de cariz rural com escassas ligações a ambientes urbanos.

A destruição do sítio Monte Roncanito 14 (CNS 16367), situado nas proximidades do Monte Ron-

canito 13 (CNS 16349), impede qualquer tipo de conclusão para além de enquadrar o sítio, de forma vaga, num contexto rural de Época Medieval/Moderna, onde só a presença de um pequeno silo, de telha e de três outros fragmentos cerâmicos, comprovam uma ocupação humana.

As sondagens efectuadas no núcleo designado como Monte Roncanito 2 (CNS 16379) permitiram identificar uma sepultura isolada e eventualmente violada, de cronologia indeterminada.

O Monte Roncão 12 (CNS 16355) corresponde a um pequeno assentamento rural, com estruturas cuja forma não foi possível definir na sua totalidade, e com um espólio reduzido e inexpressivo. No entanto, a presença de material de construção, nomeadamente telha, e de cerâmica de utilização doméstica, como painéis, alguidares e alguma loiça de mesa, permitem definir o sítio como um espaço de habitação. Dadas as características técnicas do espólio cerâmico, atribui-se ao sítio uma cronologia de ocupação que se situará genericamente entre o final da Idade Média e o início da Época Moderna (séculos XIV a XVI).

A maioria dos sítios localizava-se em rechãs ou pequenas plataformas situadas nas zonas interfluviais, junto a talvegues pouco pronunciados e, nalguns casos, em terraços fluviais ou junto a pequenas várzeas abertas. Por exemplo, a situação, dos sítios Espinhaço 4, 5 e 11 e Monte Roncanito 18, junto a linhas de água que, pelo menos actualmente, correm sazonalmente ou nos períodos de chuva, denuncia um padrão de assentamento baseado sobretudo na proximidade dos tributários do rio Guadiana, principal recurso da área de estudo.

Em suma, em relação aos conjuntos edificados intervencionados, as técnicas construtivas não são muito sofisticadas e utilizam o material local: pedra de xisto, quartzo e terra, sendo as estruturas em taipa com alicerces em quartzo, ou em placas de xisto cravadas no afloramento. Não obstante, a presença de diferentes técnicas construtivas e as soluções arquitectónicas identificadas, por vezes, num mesmo local, traduzem um claro domínio tecnológico das matérias-primas locais e uma adaptação socioeconómica ao território onde estas comunidades se inserem.

O denominado “Bloco 15 – Ocupações Medievais e Modernas na Margem Esquerda do Guadiana (Moura e Mourão)” procurou, de forma genérica, contribuir para o conhecimento e compreensão da ocupação humana dessa área em que os trabalhos prévios de prospecção realizados pela EDIA, permitiram in-

ventariar 42 sítios arqueológicos atribuíveis a esses períodos cronológicos e que integraram este bloco. Os trabalhos de prospecção realizados em 1998, permitiram relocalizar os referidos 42 sítios, bem como detectar outros locais com ocupação, tendo sido seleccionados 11 sítios para a realização de sondagens prévias de avaliação de potencial arqueológico, cujos resultados justificaram o alargamento da área de intervenção em cinco casos.

Os principais resultados foram entretanto objeto de publicação monográfica (Santos & Abranches, 2013). Os sítios intervencionados por este bloco acabaram por revelar poucos dados relativos à ocupação tardo-romana e alto-medieval da região. Ainda assim, sublinha-se as referências a vários sítios localizados na Póvoa de São Miguel, concelho de Moura, nomeadamente: Altas Moras 7 (CNS 13600), onde foi recolhida de cerâmica cinzenta tardo-romana ou alto-medieval, entre outros materiais mais recentes (Santos & Abranches, 2013, p. 34); Monte do Pavilhão 1 (CNS 13606), que forneceu fragmentos com cronologia da Antiguidade Tardia (Santos & Abranches, 2013, p. 75); e Cid Almeida 1 (CNS 13605), com a identificação de alguns fragmentos cerâmicos com características que parecem indicar uma cronologia de meados do século X, sendo-lhe genericamente atribuída uma cronologia de ocupação situada entre a Alta Idade Média e o Período Islâmico (Santos & Abranches, 2013, p. 52).

Surgem vários sítios com ocupações contínuas, desde o Período Medieval cristão à Idade Moderna, como no Monte da Serra Brava 7 (CNS 13610), uma casa constituída por dois compartimentos relativamente pequenos e por uma outra divisão quadrangular, provavelmente correspondente à cozinha, onde foi identificado um silo aberto no afloramento de xisto com um rebordo recortado para colocação de tampa (Santos & Abranches, 2013, pp. 60-61), e o Monte das Juntas 9 (CNS 13609), (Santos & Abranches, 2013, p. 69). Destacam-se os trabalhos efectuados na importante estação de Vila Velha (CNS 16342) os quais permitiram detectar e distinguir estruturas complementares do ciclo de vivência da população no local, o núcleo habitacional, próximo da igreja, e uma extensa necrópole na sua envolvente (Santos & Abranches, 2013, p. 132). Tendo por base os materiais arqueológicos exumados, nomeadamente a cerâmica, o local terá tido uma ocupação continua desde, pelo menos, o século XIII até ao século XVI, sendo dos séculos XV e XVI a parte

significativa dos materiais identificados, apontando para uma progressiva desertificação (Santos & Abranches, 2013, p. 132).

No Convento do Alcance (CNS 21408) os trabalhos arqueológicos comprovaram uma ocupação anterior relacionada com a ermida dos finais do século XIV, inícios do século XV, que não foi possível caracterizar em termos construtivos. À ermida estaria associada uma necrópole, da qual foi observado um enterramento identificado na Sondagem 2, bem como uma sepultura antropomórfica escavada na rocha. O espólio é maioritariamente do século XVIII e corresponderá ao período de utilização mais intensa do convento (Santos & Abranches, 2013, p. 86).

Os trabalhos efetuados no Monte do Outeiro (CNS 13607), Vila Ruiva 7 (CNS 13608), e Monte do Lobata 3 (CNS 13612) evidenciaram ocupações de Época Moderna, (Santos & Abranches, 2013, pp. 37, 40 e 77). No Monte do Candeias 1 (CNS 13601) as sondagens evidenciaram uma significativa diversidade cerâmica, quer tipológica quer cronológica, abrangendo os séculos I/II e os séculos XVI/XVII (Santos & Abranches, 2013, p. 45).

## 5. ESTRATÉGIAS DE POVOAMENTO RURAL NO TROÇO MÉDIO DO VALE DO GUADIANA

O Mediterrâneo pode ser considerado como um contínuo de descontinuidades (Al-Azmeh, 2014, p. 17): um espaço de continuidades, mas não necessariamente de regiões ligadas, uma micro-ecológica constelação de micro-ecologias, regiões que, quando ligadas, o são por estados imperiais, culturas ou cultos resultando numa densa fragmentação, complementada por uma luta pelo controlo político das vias de comunicação.

Embora os pequenos sítios rurais habitualmente não sejam objecto de investigação devido à sua exígua e pobre cultura material, os trabalhos arqueológicos abordados permitiram exumar elementos relativos às populações camponesas que, numa ampla diacronia, ocuparam e exploraram este território.

Os trabalhos arqueológicos de minimização de impactes da barragem de Alqueva executados nos concelhos de Alandroal, Reguengos de Monsaraz, Portel, Mourão e Moura, evidenciaram, nomeadamente para os períodos tardo-romano e alto-medieval, um conjunto de ocupações rurais que moldaram a paisagem no troço médio do Guadiana (Figura 6).

Os estudos posteriormente desenvolvidos permiti-

tiram compreender que estes sítios constituíam sobretudo pequenos núcleos rurais que se podem agrupar em três principais tipos. Em primeiro lugar, o “monte”, unidade agrícola correspondente a um conjunto formado por moradia e edificações de apoio onde viveria uma família alargada ou várias famílias, a partir do qual se articulava a exploração de uma mais vasta propriedade fundiária com os pequenos “casais”. Neste tipo poderemos integrar em primeiro lugar as “quintas” ou “granjas” que, apesar de constituírem unidades de exploração de dimensão mais reduzida, acabam por constituir também um centro económico, eventualmente articulando-se com outros “casais”. Em segundo lugar, o “casal”, unidade unifamiliar constituída por edificação isolada, eventualmente com pequenas áreas ou anexos para armazenamento e apoio à produção agro-pecuária, que se encontraria em conexão com outras unidades similares, articuladas em torno de um núcleo central (como um “monte”, ou um centro político-administrativo e/ou militar, ou um “*hişn*” no Período Islâmico). Finalmente, em terceiro lugar, as casas isoladas de apoio aos trabalhos agrícolas com ocupações, ainda que sazonais. Uma variante desta tipologia correspondente às construções de apoio a actividades agro-pastoris, como as pocilgas ou chafurdos, de acordo com a designação regional. São exemplos do primeiro grupo de sítios, “montes”, o conjunto constituído pelo Cabeçana 4, com ocupação sobretudo alto-medieval (séculos V-VIII), o Monte Roncanito 10 (séculos IX-XI), o Monte Roncão 10, conjunto da Baixa Idade Média (séculos XIII-XIV), o sítio atribuído já ao Período Moderno, Monte Roncanito 23 (século XVII) e, hipoteticamente, o arrasado Monte Barbosa 5 (séculos XV-XVI). Neste conjunto podemos ainda acrescentar o sítio do Bloco 13, Monte dos Currais 1, ao qual foi atribuída uma cronologia entre o século VII e os séculos XII-XIII. Verifica-se que em todos os períodos encontramos este tipo de estruturas que, embora com localizações diferentes, espelham a continuidade de uma forma específica de ocupação do território, em que prima a proximidade do grupo camponês ao meio que lhe providencia o sustento.

No segundo grupo tipológico, identificaram-se nos trabalhos do Bloco 14, alguns pequenos casais em que a estrutura habitacional é reduzida ao mínimo para albergar uma família, de que são exemplos os sítios Espinhaço 4 e Espinhaço 5 e, ainda, eventualmente, os muito destruídos Espinhaço 7 e Cabeçana 7.

Acrescem a estes, os sítios do Bloco 13, Moinho da Volta 1, Moinho da Volta 2, Malhada das Taliscas 5 / 11, Monte do Touril de Agosto 1 e, eventualmente, o muito destruído Monte do Anastácio Manuel 4.

Esta divisão não reflecte uma evolução cronológica linear, mas antes uma coexistência entre diferentes tipos e hierarquias de sítios, organizados numa estrutura de povoamento articulada ao longo dos diferentes séculos que ocupam o nosso estudo. De acordo com os dados arqueológicos, constatou-se uma sequência quase ininterrupta no povoamento desde o século V até ao século XX, verificando-se, no entanto, um hiato nos séculos XII-XIII que poderá explicar-se com a alteração estrutural do povoamento nos momentos que vão anteceder a conquista cristã e a sua respectiva consolidação naquela área territorial.

O conjunto das estações intervencionadas revela padrões de assentamento seculares, em que o mesmo tipo de sítio surge em diferentes épocas, em espaços com similares características topo-geográficas, com pequenas variações de localização.

Refira-se que as técnicas construtivas dos conjuntos arquitectónicos estudados não são muito sofisticadas e utilizam o material local, pedra de xisto, quartzo e terra, sendo as estruturas em taipa, com alicerces em quartzo ou em placas de xisto fincadas no afloramento. Não obstante, a presença de diferentes técnicas construtivas e soluções arquitectónicas observadas, por vezes, num mesmo local, traduz um claro domínio tecnológico das matérias-primas locais e uma adaptação socioeconómica ao território onde estas comunidades se inserem.

Relativamente aos sítios tardo-romanos e medievais intervencionados entre 1998 e 2003, pode-se em síntese referir os principais resultados.

Verifica-se existirem evidências de mineração e metalurgia no Período Imperial Romano nos sítios de Outeiro do Castelinho 2 e Xerez de Baixo 13, e de metalurgia em Monte da Charneca 4 e em Lameira 1, onde surge também associada cerâmica da Alta Idade Média. Tirando esta última ocorrência, não se verificou uma continuidade de ocupação em locais relacionados com a mineração e metalurgia.

Quanto aos locais de culto, surge somente a referência em Mourão a uma ermida de finais do século XIV que será anterior ao Convento do Alcance. Sugere-se que os mesmos se deverão eventualmente encontrar em áreas mais afastadas, ou mais elevadas, do vale do Guadiana.

Relativamente a áreas cemiteriais, foi identificada no vale do rio Degebe, em Monte Musgos 7, uma sepultura dos séculos V a VII que poderá fazer parte de uma necrópole maior. Ainda no vale do Degebe, foi escavada a extensa necrópole de Pego do Lobo de Lá, onde se identificaram 32 sepulturas, datadas dos séculos V a VII. Em Moura, foi escavada uma necrópole com oito sepulturas rectangulares, Monte das Farias 2, provavelmente tardo-romana (inícios do século IV ao V ou inícios do VI). Refira-se ainda a sepultura violada, de época imprecisa, identificada durante os trabalhos no Monte Roncanito 2 e as duas escavadas no afloramento granítico em Monte dos Currais 1.

Tirando estes dois últimos casos e o Monte Musgos 7, não há nas imediações *habitat* que possam encontrar-se associados, nomeadamente no caso da extensa necrópole de Pego do Lobo de Lá.

Quanto ao povoamento urbano, há que referir o grande sítio fortificado islâmico de Castelo de Cuncos, em Villa Nueva del Fresno, com ocupação desde a Idade do Ferro, e ocupação Islâmica a partir do final do século IX, início do século X, até à primeira metade do século XIII. Já mais recente, temos em Mourão a Vila Velha, núcleo urbano Medieval Cristão, com uma ocupação continua desde, pelo menos, o século XIII até ao século XVI, realidade que nos remete para a importância de outros núcleos urbanos na estruturação do povoamento rural, como Monsaraz e Mourão.

Relativamente aos sítios rurais, verifica-se uma concentração na margem direita do rio Guadiana, no concelho de Reguengos de Monsaraz, com vários núcleos de *habitat* alto-medievais. Um exemplo muito claro é o conjunto de sítios em redor do actual Monte Roncanito, onde encontramos assentamentos desde a Idade do Ferro até ao século XX e, esporadicamente, até à actualidade, com características morfológicas semelhantes. Nesta área em concreto, a confluência de vias de comunicação terrestre definidas pela topografia e a proximidade do Guadiana e de outras linhas de água secundárias, poderão ter sido factores determinantes para a localização das estações. O Bloco 11 identificou um conjunto destes sítios na área de Defesinha, Carreira de Cavalos e Cismeira. Mais a sul, verifica-se uma outra concentração de *habitat* na área do Monte Roncão d'El Rei, e para lá da já referida na área do Monte Roncanito, em articulação com os sítios Espinhaço e Cabeçana. Destaca-se ainda, para o Período Islâmico, o *habitat* localizado em Moura, Cid Almeida 1, com frag-

mentos cerâmicos de meados do século X e o Monte Roncanito 10 (séculos IX-XI).

Sublinhe-se aqui a limitação das intervenções arqueológicas aos sítios localizados até à cota de 152 m – correspondente ao nível pleno de armazenamento da barragem de Alqueva – que poderá explicar algumas das lacunas detectadas no povoamento.

É diminuta a presença de espaços funerários bem estruturados que também poderá relacionar-se com a aparente ausência de espaços de sociabilidade, como o caso dos locais e edificações de culto. Para além da condicionante da cota de afectação, as questões lacunares também poder-se-ão dever à localização da área de estudo, por se tratar de um espaço agro-pecuário marginal na dinâmica da económica regional e até local.

Relativamente à tipologia dos edifícios e sua evolução, a estrutura mais complexa integrou-se na Antiguidade Tardia, na transição para o Período Islâmico, como se pode constatar no caso do sítio Cabeçana 4, que poderá ter convivido com outros sítios de menores dimensões, pequenos casais agrícolas que albergariam pouco mais do que uma unidade familiar alargada. Não foi possível compreender como este *habitat* de dimensões razoáveis se articulava com esses mesmos locais e quais as suas relações de interdependência socioeconómica, face às contingências da intervenção arqueológica e à própria natureza e estado de conservação dos sítios.

É certo que, a nível da arquitectura, os locais apresentam diferentes orgânicas internas, com adaptabilidade e modelação às necessidades da comunidade e ao terreno, denotando-se uma evolução a partir de um núcleo central, em linha ou em bloco, verificando-se ambos os casos.

Também se constatou a existência de sítios polinucleados (caso do Monte Roncanito 10), onde um edifício principal teria nas proximidades, embora a 100 ou 200 m, estruturas de apoio de características técnicas construtivas semelhantes, mas de dimensões mais reduzidas e tipologias diferentes, que podem corresponder a diferentes áreas de apoio à exploração agrícola e/ou a núcleos de *habitat* derivados do pólo original.

Outras estruturas eram compostas por um único compartimento rectangular, especulando-se se corresponderiam a uma utilização sazonal, ou se constituíam um núcleo de habitação secundário dedicado, por exemplo, a actividades pecuárias.

Embora as estações estudadas apresentem na ge-

neralidade mau estado de conservação, uma estratigrafia fina e reduzida quantidade de materiais cerâmicos, características que condicionam a validade estatística dos resultados, o estudo dos materiais das estações do Bloco 14 permitiu constatar evidentes marcas de continuidade, sobretudo nas técnicas produtivas e nos atributos das pastas das cerâmicas locais que constituem a maior parte do espólio recolhido.

Com o agrupamento e síntese de todos os resultados deste universo de estudo, foi possível distinguir as produções cerâmicas pela repetição de características associadas: pastas, técnicas, acabamentos, decoração. No que diz respeito às técnicas de fabrico utilizadas, estas demonstram a tendência geral resultante da ruptura dos mercados urbanos na Antiguidade Tardia, que deu lugar à proliferação de produções locais e regionais com tecnologias que implicavam um reduzido investimento em aprendizagem e infra-estruturas oleiras. Deste modo, na Alta Idade Média encontramos elevadas percentagens de produções de fabrico manual e com torneado lento que a partir do século X decrescem a favor das produções a torno rápido. Nas cozeduras, constatamos a mesma dinâmica, com elevadas percentagens de cozeduras redutoras, alternadas e irregulares na Alta Idade Média, que vão diminuindo na Baixa Idade Média, superiorizando-se as cozeduras oxidantes no Período Moderno. No que diz respeito às formas, o claro domínio do vasilhame de armazenamento dos sítios com ocupação mais antiga é substituído, a partir da Baixa Idade Média, por uma maior variedade formal e maior presença de loiça de cozinha, que no Período Moderno evolui para o predomínio da loiça de mesa, evidenciando um reforço das relações de intercâmbio com os meios urbanos e a integração destes núcleos de povoamento rural nos mercados urbanos regionais. As cerâmicas locais, em alguns casos, convivem com elementos exógenos provenientes dos mercados urbanos. Este fenómeno, que se inicia na Antiguidade Tardia, continua durante o Período Islâmico e sobrevive até à Idade Moderna. A exploração deste território apresentava várias dificuldades face aos poucos recursos naturais, devendo incidir na produção agro-pecuária, não existindo indícios na área do Bloco 14, de exploração mineira, ou de outra qualquer actividade que não sejam a agricultura e a pastorícia. No entanto, refira-se que, na margem esquerda do Guadiana, se identificaram para o Período Romano vários sítios ligados à mineração e à

metalurgia, conforme foi acima referenciado. Em alguns casos, existia alguma capacidade de acumulação de excedentes, mesmo que pequena, trazida na existência de alguns pequenos silos e de grandes recipientes cerâmicos de armazenamento, elementos reveladores da pequena escala das comunidades camponesas, eventualmente enquadradas por aristocracias absentistas. Facto extraordinário a destacar, é a persistência das técnicas construtivas, adaptadas aos materiais locais e que se encontram presentes em todas as épocas, como uma marca genuína do território e destas comunidades rurais.

## 6. PERSPECTIVA FINAL

Para o estudo do povoamento rural, para além dos estudos arqueológicos e arquitectónicos, realça-se a necessidade de procurar a identificar as relações espaciais de racionalização e de legitimação do poder que dão enquadramento às redes de povoamento de sítios em altura, a hierarquização das mesmas e as relações espaciais entre *habitat* e fortificação.

De acordo com os resultados dos trabalhos arqueológicos, na área estudada verifica-se um abandono generalizado das antigas zonas povoadas na Alta Idade Média, constatando-se que o povoamento islâmico não terá dado continuidade ao romano.

Reconhece-se igualmente uma quase inexistência de recintos fortificados de época islâmica, exceptuando-se o caso do mais tardio Castelo dos Cuncos.

Estas intervenções e estudos, apesar das suas inerentes limitações, constituem um importante contributo na identificação, conhecimento e compreensão das sociedades camponesas entre a Antiguidade Tardia e a Industrialização nesta área do troço médio do vale do Guadiana, onde actualmente se localiza o grande lago de Alqueva.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial a Filipa Bragança, da área de Informação e Gestão Arqueológica da DGPC, pelo apoio facultado a esta investigação e publicação.

## BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, F.; LEBREIRO, S.; RODRIGUES, T.; GILA, I.; BARTELS-JÓNSDÓTTIR, H.; OLIVEIRA, P.; KISSEL, C.; GRIMALT, J.O. (2005) – Shallow-marine sediment cores record climate variability and earthquake activity off Lisbon (Portugal) for the last 2000 years. *Quaternary Science Reviews*. 24, 23-24, pp. 2477-2494.

ALARCÃO, Jorge de (1998) – Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga: Revista do Instituto de Arqueologia*. Coimbra. Nº 37, pp. 89-120.

AL-AZMEH, Aziz (2014) – *The Emergence of Islam in Late Antiquity. Allah and His People*. Cambridge University Press, 658 p.

ANGELLUCI, Diego E. (2003) – *Estudos de geoarqueologia no Castelo da Lousa – Mourão*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, Centro de Investigação em Paleocologia Humana e Arqueociências (Cadernos do CIPA, 40).

BEAULIEU, J.-L. de; MIRAS, Y.; ANDRIEU-PONEL, V.; GUITER, F. (2005) – Vegetation dynamics in north-western Mediterranean regions: Instability of the Mediterranean. In *Plant Biosystems – An International Journal Dealing with all Aspects of Plant Biology: Official Journal of the Societa Botanica Italiana*. Vol. 139: 2, pp. 114-126.

BOONE, James L. (2001) – Tribalism, Ethnicity, and Islamization in the Baixo Alentejo of Portugal: Preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements. *Era*. Lisboa: Era, Arqueologia/Colibri, 4, pp. 105-121.

CATARINO, Helena (1997/1998) – *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados* (Al-'ulyã, 6). Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 3 vols., 1306 p.

CHALMETA GENDRÓN, Pedro (2003) – *Invasión e Islamización. La Sumisión de Hispania y la Formación de al-Andalus*. Jaén: Universidad de Jaén, 461 p.

CLARKE, David L., ed. lit. (1977) – *Spatial archaeology*. London: Academic Press, XI, 386 p.

FARIA, João Carlos (2002) – Ocupações romanas e tardo-romanas afectadas pelo regolfo de Alqueva: Bloco II: do afluente do Álamo ao rio Degebe: resultados preliminares. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série 2, n.º 11 (Dez.), pp. 139-144.

FERREIRA, Fernando Rodrigues (2013) – *Arqueologia alto-medieval no regolfo do Alqueva: vestígios de uma ocupação judaica nas margens do Guadiana no século VII* (Memórias d'Odiana, 2.ª Série, 11). Beja: EDIA/DRC-Alentejo, 183 p.

FRANCO MORENO, Bruno (2008) – *De Emerita a Marida: el territorio emeritense entre la Hispania gothorum y la formación de Al-Andalus (ss. VII-X): transformaciones y pervivencias*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidad Nacional de Educación a Distancia (Madrid). [Em

- linha, consult. 28.05.2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/tesisuned:GeoHis-Bfranco/Documento1.pdf>>.
- GOMES, Sofia de Melo; BRAZUNA, Sandra; MACEDO, Marta de (2013) – *A ocupação romana na bacia de Alqueva: da ponte de Ajuda à ponte velha de Mourão: uma proposta de reconstrução da paisagem* (Memórias d’Odiviana, 2.ª Série, 8). Beja: EDIA/DRC-Alentejo, 324 p.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2015) – La presencia islámica en el sudoeste de la Península Ibérica en época emiral. FRANCO MORENO, Bruno; ALBA CALZADO, Miguel A.; FEIJOO MARTÍNEZ, Santiago, coord., In *Frontera inferior de al-Andalus: Actas III – IV Jornadas de Arqueología e Historia Medieval* (Mérida, 18-19 Octubre de 2013). Mérida: Junta de Extremadura (cultura patrimonio y arqueología) y Mérida, Consorcio de la Ciudad Monumental Histórico – Artística y Arqueológica, pp. 95-122.
- KULIKOWSKI, Michael (2007) – Plague in Spanish Late Antiquity. In LITTLE, Lester K., ed. – *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541-750*. Cambridge University Press, pp. 150-170.
- LE GOFF, Jacques; BIRABEN, Jean-Nöel (1969) – La peste dans de Haut Moyen Âge. In *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. [Em linha]. Ano 24, 6, pp. 1484-1510. [Consultado a 21 de Dezembro de 2014]. Disponível em WWW: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess\\_0395-2649\\_1969\\_num\\_24\\_6\\_422183](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1969_num_24_6_422183)>.
- LOPES, Maria da Conceição (2013) – *Em tempos de Roma pela margem esquerda do Guadiana: Bloco 12 do projecto de salvamento arqueológico do Alqueva* (Memórias d’Odiviana: estudos arqueológicos do Alqueva. 2.ª Série, 9). Beja: EDIA – /DRC – Alentejo, 94 p.
- MACIAS, Santiago. (2006) – *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MARQUES, João; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GRILO, Carolina; BATATA, Carlos (2013) – *Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o rio Degebe e a ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos medieval e moderno): Bloco 14 – intervenção e estudos no Alqueva* (Memórias d’Odiviana, 2.ª Série, 13). Beja: EDIA/DRC-Alentejo, 421 p.
- MARQUES, João António Ferreira (2016) – *O povoamento rural no troço médio do vale do Guadiana entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Évora. Edição policopiada.
- ORTEGA ORTEGA, Julián M. (1998) – De la arqueología espacial a la arqueología del paisaje: Es annales la solución? In BURRILLO, Francisco, ed. coord. – *Arqueología del Paisaje (5º Coloquio Internacional de Arqueología Espacial: Teruel del 14-16 septiembre de 1998)*. Teruel: Seminario de Arqueología y Etnología Turolense (Arqueología Espacial; 19-20), pp. 33-51.
- PÉREZ AGUILAR, Luis Gethsemaní (2013) – Problemas metodológicos en el estudio del mundo rural andalusí. *Medievalista* [Em linha]. Nº 14, (Julho – Dezembro). [Consultado 10.03.2014]. Disponível em WWW: <URL:<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA14/aguilari14o6.html>>.
- QUEIROZ, Paula (1999) – *Ecologia Histórica da Paisagem do Noroeste Alentejano*. Dissertação de doutoramento em Biologia apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- RUIZ, Arturo (1998) – Teorias, métodos y técnicas. In BURRILLO, Francisco, ed. coord. – *Arqueología del Paisaje (5º Coloquio Internacional de Arqueología Espacial, Teruel del 14-16 septiembre de 1998)*. Teruel: Seminario de Arqueología y Etnología Turolense (Arqueología Espacial; 19-20), pp. 7-8.
- SANTOS, Heloísa Valente dos; ABRANCHES, Paula Barreira (2013) – *A ocupação medieval e moderna dos territórios da margem direita do Guadiana nos actuais concelhos de Moura e Mourão* (Memórias d’Odiviana, 2.ª Série, 10). Beja: EDIA DRC-Alentejo, 187 p.
- SILVA, António Carlos (1996) – *Património Arqueológico no Regolfo de Alqueva, Quadro Geral de Referência*. Beja: EDIA, 186 p. Edição policopiada.
- SILVA, António Carlos (1999) – *Salvamento Arqueológico no Guadiana. Do inventário patrimonial à minimização dos impactes*. Beja: EDIA (Memórias d’Odiviana; 1), 416 p.
- WICKHAM, Chris (2002) – Asentamientos rurales en el Mediterráneo occidental en la Alta Edad Media. In TRILLO, Carme, coord. - *Asentamientos Rurales y Territorio en el Mediterráneo Medieval. Jornadas de Arqueología Medieval* (3. 2000. Berja). Granada: Editorial Athor Pergamos / Ayuntamiento de Berja / Grupo de Investigación “Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada”, pp. 11-29.

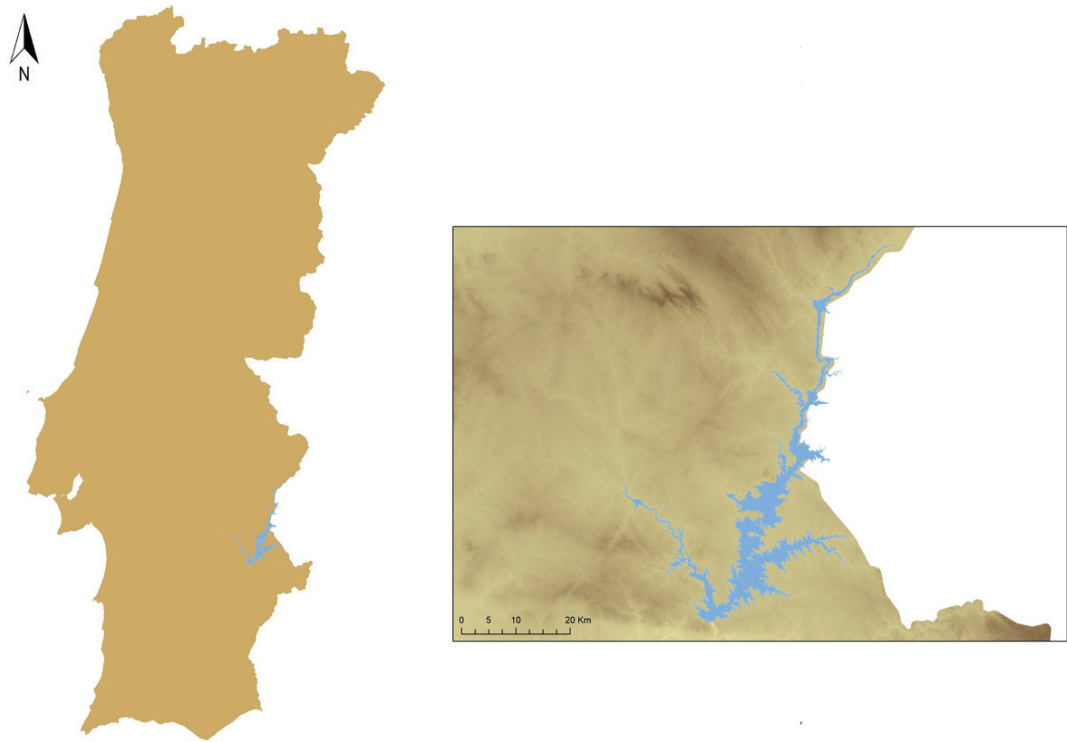


Figura 1 – Localização no território português do regolfo de Alqueva e da área analisada.

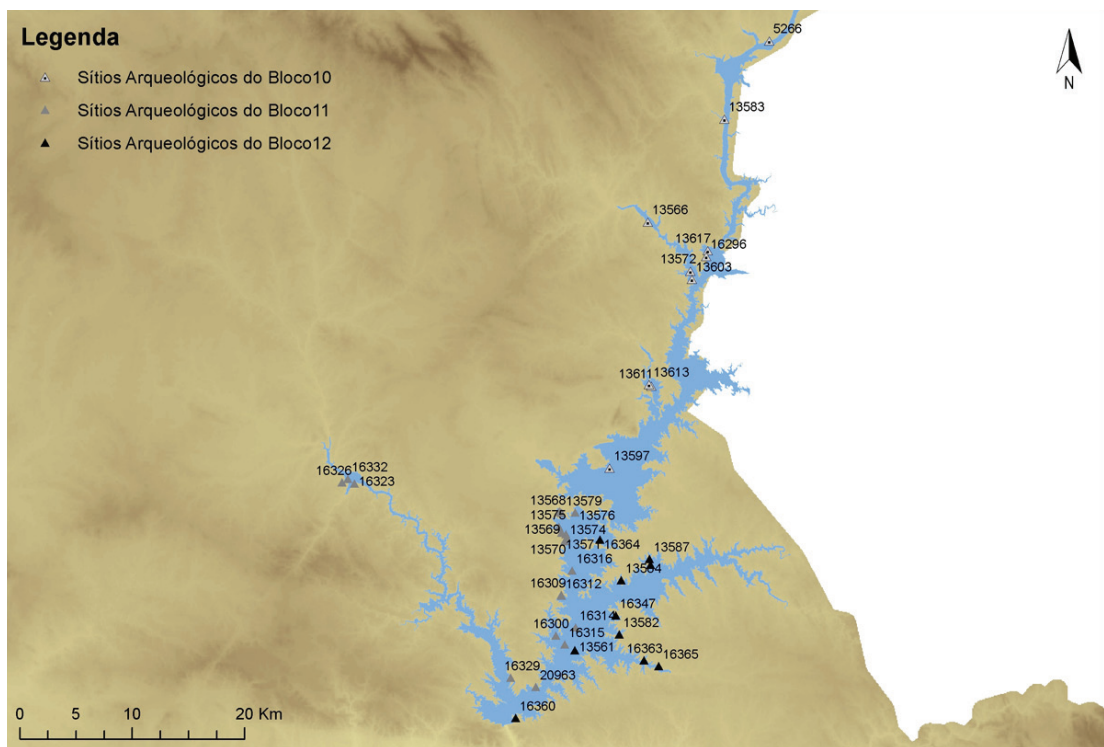


Figura 2 – Sítios romanos (Blocos 10, 11 e 12).

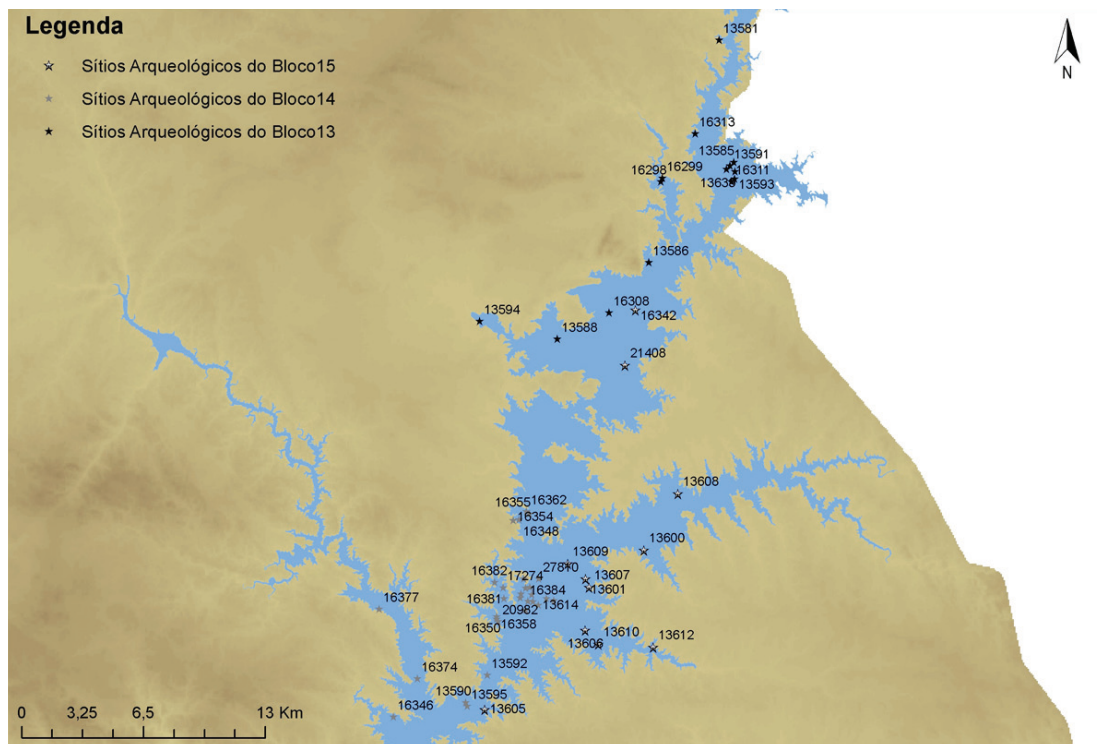


Figura 3 – Sítios medievais e modernos (Blocos 13, 14 e 15).



Figura 4 – Monte dos Currais 1, vista geral do sítio.



Figura 5 – Cabeçana 4, vista das estruturas exumadas.

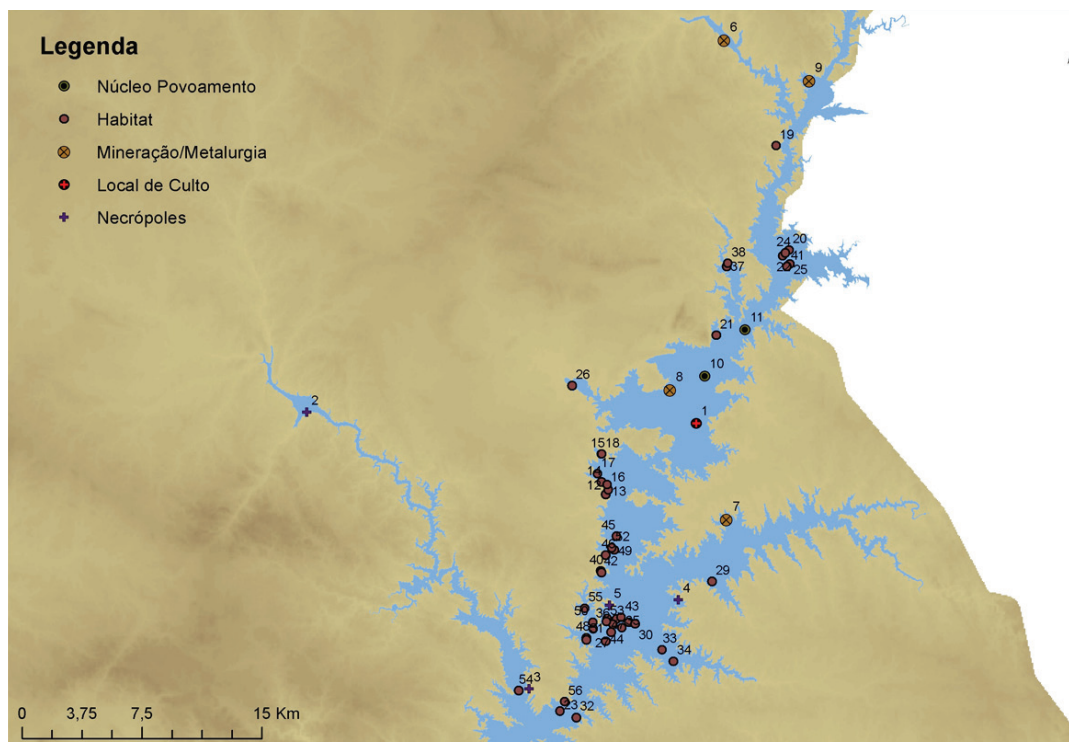


Figura 6 – Tipologias dos sítios tardeo-romanos e alto-medievais.

- |  |  |
|--|--|
| 1 – Convento do Alcance (21408)          | 29 – Altas Moras 7 (13600)               |
| 2 – Pego do Lobo de Lá (16323)           | 30 – Cabeçana 7 (13602)                  |
| 3 – Monte Musgos 7 (13629)               | 31 – Monte Roncanito 10 (13604)          |
| 4 – Monte das Farias 2 (16347)           | 32 – Cid Almeida 1 (13605)               |
| 5 – Monte do Roncanito 2 (16379)         | 33 – Monte do Pavilhão 1 (13606)         |
| 6 – Outeiro do Castelinho 2 (13566)      | 34 – Monte da Serra Brava 7 (13610)      |
| 7 – Monte da Charneca 4 (13587)          | 35 – Cabeçana 3 (13614)                  |
| 8 – Xerez de Baixo 13 (13597)            | 36 – Monte Roncanito 18 (13619)          |
| 9 – Lameira 1 (13617)                    | 37 – Monte do Anastácio Manuel 4 (16298) |
| 10 – Vila Velha (16342)                  | 38 – Monte do Anastácio Manuel 5 (16299) |
| 11 – Castelo de Cuncos (–)               | 39 – Espinhaço 14 (16300)                |
| 12 – Cismeira 6 (13569)                  | 40 – Monte Roncão 2 (16309)              |
| 13 – Cismeira 8 (13570)                  | 41 – Malhada das Taliscas 5/11 (16311)   |
| 14 – Carreira de Cavalos 5 (13571)       | 42 – Monte Roncão 3 (16312)              |
| 15 – Defesinha 4 – Núcleo 2 (13573)      | 43 – Monte Roncanito 11 (16314)          |
| 16 – Carreira de Cavalos 3 (13574)       | 44 – Espinhaço 17 (16315)                |
| 17 – Duquesa 4 (13575)                   | 45 – Seita 7 (16316)                     |
| 18 – Defesinha 4 – Núcleo 1 (13579)      | 46 – Monte Roncão 10 (16348)             |
| 19 – Outeiro do Pombo 4 (13581)          | 47 – Monte do Roncanito 13 (16349)       |
| 20 – Moinho da Volta 2 (13585)           | 48 – Espinhaço 4 (16350)                 |
| 21 – Monte do Touril de Agosto 1 (13586) | 49 – Monte Roncão 12 (16355)             |
| 22 – Moinho da Volta 13 (13589)          | 50 – Espinhaço 11 (16356)                |
| 23 – Monte Barbosa 5 (13590)             | 51 – Espinhaço 5 (16358)                 |
| 24 – Moinho da Volta 1 (13591)           | 52 – Monte Roncão 13 (16362)             |
| 25 – Moinho da Volta 9 (13593)           | 53 – Monte do Roncanito 14 (16367)       |
| 26 – Monte dos Currais 1 (13594)         | 54 – Monte Musgos 3 (16374)              |
| 27 – Monte do Roncanito 23 (13598)       | 55 – Espinhaço 7 (16382)                 |
| 28 – Cabeçana 4 (13599)                  | 56 – Monte Barbosa de Cima 1 (20963)     |

